

Benedicto de Tolosa Filho

LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS

**Incluindo a Modalidade de Pregão,
o Registro de Preços e a
Contratação de Publicidade**

8ª Edição

Revista e Atualizada

- **Lei Anticorrupção**
- **Leis das Parcerias**
- **Estatuto Nacional das Pessoas com Deficiência**
- **LC 155/2016 (Simples Nacional)**
- **Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais)**
- **Lei 13.726/2018 (Racionaliza Procedimentos Administrativos)**
- **Decreto 9.507/2018 – Terceirização de Serviços Públicos**
- **Decreto 10.024/2019 – Pregão Eletrônico**

Curitiba
Juruá Editora
2020

SUMÁRIO

I	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	15
	1 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	16
	2 PRINCÍPIO DE IMPESSOALIDADE.....	24
	3 PRINCÍPIO DE MORALIDADE.....	43
	4 PRINCÍPIO DE PUBLICIDADE.....	43
	5 PRINCÍPIO DE EFICIÊNCIA	47
II	PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO.....	49
III	IMPEDIMENTO PARA CONTRATAR E LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	57
IV	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	65
	1 ALIENAÇÕES	66
	1.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade contra Parte do Art. 17 da Lei 8.666/1993	68
	2 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS E BENS.....	68
	3 HIPÓTESES DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	69
	3.1 Dispensa de Licitação para a Aquisição de Gêneros Alimentícios com Recursos do FNDE no Âmbito do PNAE.....	106
	4 DAS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	107
	4.1 Hipóteses Legais de Inexigibilidade de Licitação.....	112
V	PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO.....	139
	1 ASPECTOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	148
	1.1 Serviços que Podem ser Terceirizados.....	149
	1.2 Projeto Básico ou Termo de Referência para a Contratação de Serviços Terceirizados.....	152
	1.3 Instrumento Convocatório para a Contratação de Serviços Terceirizados	157

1.4	Elaboração da Proposta para a Prestação de Serviços Terceirizados	162
1.5	Julgamento das Propostas de Serviços Terceirizados.....	164
1.6	Vigência dos Contratos de Serviços Terceirizados	167
1.7	Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato para a Prestação de Serviços Terceirizados.....	168
1.8	Pagamento para a Prestação de Serviços Terceirizados	171
1.9	Repactuação e Reajuste	173
VI	MODALIDADES DE LICITAÇÃO	175
1	CONCORRÊNCIA.....	176
2	TOMADA DE PREÇOS	176
3	CONVITE.....	177
4	CONCURSO	179
5	LEILÃO.....	180
6	PREGÃO	181
6.1	Entendendo o Sistema de Registro de Preços.....	190
VII	TIPOS DE LICITAÇÃO	203
VIII	O EDITAL E SEUS REQUISITOS	205
IX	COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES.....	237
X	PREGÃO COMO MODALIDADE DE LICITAÇÃO.....	245
1	CARACTERÍSTICAS DO PREGÃO	246
2	PREGOEIRO.....	249
3	ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO.....	250
4	PROCESSAMENTO DO PREGÃO – FASE EXTERNA	262
5	O JULGAMENTO DO PREGÃO QUANDO DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	275
6	PREGÃO ELETRÔNICO – DECRETO 10.024/2019	276
XI	JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO	281
1	HABILITAÇÃO JURÍDICA	283
2	REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	284
2.1	Privilégios Concedidos às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte com Relação à Fase de Habilitação	288
3	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	290
4	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	296
5	PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR E DO ADOLESCENTE.....	302

	6	POSSIBILIDADE DE DISPENSAR EM TODO OU EM PARTE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	303
XII		JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS.....	305
	1	JULGAMENTO DA LICITAÇÃO DO TIPO MELHOR TÉCNICA.....	306
	2	JULGAMENTO DA LICITAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO.....	309
XIII		JULGAMENTO DE LICITAÇÃO DO TIPO DE MAIOR LANCE OU DE MAIOR OFERTA.....	313
XIV		JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE MENOR PREÇO.....	315
	1	JULGAMENTO FORMAL.....	316
	2	ANÁLISE DO PREÇO.....	319
	3	PRIVILÉGIOS CONCEDIDOS ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	322
	4	PRIVILÉGIOS CONCEDIDOS AOS PRODUTOS E SERVIÇOS DE ORIGEM NACIONAL.....	324
	5	PRIVILÉGIOS CONCEDIDOS A EMPRESAS QUE MANTE-NHAM POLÍTICA DE RESERVA DE CARGOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	328
XV		ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	329
	1	ADJUDICAÇÃO.....	329
	2	HOMOLOGAÇÃO.....	330
	3	CELEUMA QUANTO À ORDEM DOS ATOS DE ADJUDI-CAÇÃO E DE HOMOLOGAÇÃO.....	330
XVI		IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL.....	333
XVII		RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	335
XVIII		CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	339
	1	ASPECTOS GERAIS.....	340
	2	CLÁUSULAS NECESSÁRIAS.....	341
	3	PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO.....	343
	4	REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATI-VOS.....	347
	5	FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS.....	348
	6	ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS.....	349
	7	ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO NAS OBRAS, SERVIÇOS E COMPRAS.....	356
	7.1	Posição da Doutrina.....	361

7.2	Posição da Jurisprudência	363
8	EXECUÇÃO DO CONTRATO	366
8.1	A Constitucionalidade do Art. 71	367
9	RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO	369
9.1	Ensaaios ou Testes	371
10	INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO	372
XIX	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	379
1	DOS METRIA DAS SANÇÕES	385
2	LEI ANTICORRUPÇÃO (Lei 12.846/2013)	388
3	RETENÇÃO DE PAGAMENTO	390
XX	REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO	393
XXI	CONVÊNIO: PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO	395
1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	395
2	TERMINOLOGIA UTILIZADA	398
2.1	Contrato de Repasse	399
2.2	Termo de Parceria	399
2.3	Concedente	399
2.4	Conveniente	399
2.5	Interveniente	400
2.6	Executor	400
2.7	Contribuição	400
2.8	Auxílio	400
2.9	Subvenção Social	400
2.10	Nota de Movimentação de Crédito	400
2.11	Termo Aditivo	401
2.12	Objeto	401
2.13	Meta	401
3	REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO	401
3.1	Plano de Trabalho	401
4	FORMALIZAÇÃO DO CONVÊNIO	404
5	ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO	408
5.1	Remanejamento – Mudança de Objeto – Alteração do Plano de Trabalho	408
6	PUBLICIDADE DO CONVÊNIO	409
7	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS	410
8	EXECUÇÃO DO CONVÊNIO	412
9	PRESTAÇÃO DE CONTAS	415

10	RESCISÃO DO CONVÊNIO	417
11	A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E SUAS IMPLICAÇÕES NOS CONVÊNIOS	418
12	JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE CONVÊNIOS	419
XXII	LEI DAS PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	423
1	DEFINIÇÕES.....	426
2	PRINCÍPIOS PARA A CELEBRAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA	429
3	TRANSPARÊNCIA E CONTROLE.....	429
4	PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	430
5	PLANO DE TRABALHO.....	432
6	CHAMAMENTO PÚBLICO	433
7	DIVULGAÇÃO DO EDITAL	434
8	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	435
9	OUTRAS COMPROVAÇÕES	436
10	COMISSÃO DE SELEÇÃO	436
11	PROVIDÊNCIAS PARA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO E FOMENTO	437
12	ATUAÇÃO EM REDE	438
13	VEDAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA	439
14	FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS TERMOS	440
15	DESPESAS.....	442
16	LIBERAÇÃO DOS RECURSOS.....	443
17	MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS	444
18	ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DOS TERMOS	444
19	MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO CUMPRIMENTO DO OBJETO DA PARCERIA.....	445
20	INEXECUÇÃO POR CULPA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	447
21	PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	447
22	PRAZOS	448
23	RESPONSABILIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	449
24	ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	450
25	ASPECTOS GERAIS.....	450

XXIII	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE.....	453
1	CONCEITO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE.....	453
2	OUTROS SERVIÇOS QUE PODEM SER INCLUÍDOS	455
3	SERVIÇOS VEDADOS.....	455
4	REQUISITOS PARA A PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.....	456
5	FASE INTERNA	456
6	ELABORAÇÃO DO EDITAL	456
7	PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO.....	458
8	ASPECTOS GERAIS.....	462
XXIV	ASPECTOS JURÍDICOS E OPERACIONAIS DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS REALIZADOS PELAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.....	463
1	LICITAÇÕES.....	464
2	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS	479
3	NORMAS PARA OBRAS E SERVIÇOS.....	487
4	NORMAS PARA AQUISIÇÃO DE BENS	493
5	NORMAS PARA ALIENAÇÃO DE BENS	494
6	PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO.....	494
7	MODOS DE DISPUTA.....	496
8	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.....	497
9	CRITÉRIO DE DESEMPATE	499
10	CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	501
11	NEGOCIÇÃO COM A PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA.....	502
12	HABILITAÇÃO.....	503
13	FASE RECURSAL.....	504
14	ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO E NULIDADE	505
15	PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES.....	507
16	CONTRATOS	510
17	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	512
	REFERÊNCIAS.....	515
	ÍNDICE REMISSIVO.....	517